

Servidores cruzam os braços por 24h nesta quarta-feira no TRF/JF

A categoria precisa se unir para lutar em prol do PCS e contra o congelamento salarial. Chegou a hora de São Paulo entrar nesta batalha

Joana Darc Melo

Hoje, você trabalhador do Judiciário tem um compromisso com a luta pelo fim do congelamento salarial. No TRF/JF, a categoria decidiu fazer 24 horas de paralisação contra a política de reajuste zero, imposta por Dilma Rousseff. Às 15h acontece uma assembleia, em frente ao TRF-3.

No mesmo momento em que no TRF-3 e JF os servidores do Judiciário estarão de braços cruzados, em Brasília o conjunto do funcionalismo federal estará realizando sua 4ª marcha deste ano. O objetivo é o mesmo, exigir do governo federal fim do congelamento salarial.

Além disso, a marcha coincide com a votação do PL 1992/07 na Comissão de Trabalho da Câmara. O projeto cria o fundo de previdência complementar e limita a aposentadoria dos novos servidores ao teto do benefício pago aos segurados do INSS, hoje em R\$ 3.689,66. É a sexta vez que o governo tenta aprovar esse PL este ano, mas não tem conseguido devido à mobilização do conjunto do funcionalismo.



Em Abril, Marcha de servidores toma Brasília exigindo de Dilma o fim do congelamento

Entenda o PL 1992/07

Pela proposta, para receber acima de R\$ 3.689,66, o servidor teria que pagar ao fundo complementar a ser criado a partir do PL 1992. Não há segurança, porém, quanto à recomposição dos valores equivalentes ao que seria a aposentadoria integral. Isto porque o fundo de previdência proposto, a ser capitalizado por contribuições do empregador (governo) e dos servidores, é de “contribuição

definida” e não de benefício definido, como é o atual sistema. Em outras palavras, nesta modalidade o segurado sabe quanto paga, mas não sabe quanto receberá. Isto dependerá dos resultados das aplicações do fundo no mercado e das incertezas da economia – o governo não será avalista e, portanto, não garantirá a saúde financeira do fundo de previdência, que teria caráter privado.

Dia 25 acontece Reunião Ampliada da Fenajufe

Dia 25 acontece a Reunião Ampliada da Fenajufe, a primeira depois que dois argumentos apresentados pela cúpula do Movimento Pró-Subsídio foram desmentidos pelo Ministério do Planejamento e pelo secretário geral do MPU.

Primeiro, o subsídio, num primeiro momento, é mais caro do que o PCS,

portanto tem um impacto orçamentário superior. Segundo, o Ministério do Planejamento nunca analisou o mérito do PL 6613/09, assim, nunca apresentou nenhuma contraproposta.

Em favor do PCS, o presidente do TSE Ricardo Lewandowski, junto com o deputado Roberto Policarpo (PT-DF), se reuniu com José Sarney, pre-

sidente do Senado, e obteve o compromisso dele em apoiar o PCS. Sarney disse que conversará com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS).

A postura do governo Dilma exige da categoria muita unidade para vencer o congelamento. Nunca é demais lembrar que sem luta não haverá nenhum reajuste salarial.

Sintrajud reivindica participação em comissão que debaterá novo Plano de Saúde

Para diretoria do sindicato, é necessário que se faça uma auditoria nas contas do Plano de Saúde e nos contratos com a Amil.

Se não fosse a mobilização da categoria, organizada pelo Sintrajud, o plano médico estaria saindo mais pesado no bolso de cada servidor do TRF-3 e da JF. Essa era a intenção da presidência do TRF-3. A força dos servidores unidos e organizados, ainda que provisoriamente, jogou para depois de dezembro qualquer reajuste e co-participação, foi formada uma comissão para debater as mudanças no plano. Mas nada está garantido,

por isso é importante que a mobilização continue.

O problema é que a administração não quer que representantes da categoria participem desses debates. Além de excluir o sindicato, a presidência veta a participação de servidores que seriam eleitos em assembleia. Não é a primeira vez que o presidente do TRF-3, Roberto Haddad, exclui os legítimos representantes da categoria de debates importantes para todos.

Ontem foi entregue um abaixo-assinado, com mais de 1750 assinaturas de servidores, solicitando que dois dirigentes sindicais participem dessa comissão, além de dois servidores da base, a serem eleitos em assembleia. Numa atitude desrespeitosa, a administração sequer respondeu ao pleito da categoria. O Sintrajud solicitou uma reunião com o presidente da comissão, desembargador Márcio Moraes.

Trabalhadores eleitos no local de trabalho elaboram propostas para o Plano Saúde e entregam à comissão, com cópia à administração e todos desembargadores

- 1.** Pela isonomia com o TSE: Que a administração se empenhe na cobrança, ao governo, do reajuste do auxílio-saúde de R\$ 90,00 para R\$ 302,00;
 - 2.** Readequação orçamentária no âmbito do TRF/JF e/ou do CJF para garantir a manutenção do Plano de Saúde com a qualidade atual;
 - 3.** Auditoria interna do Contrato com a Amil;
 - 4.** Que a administração solicite ao TCU para verificar a execução do contrato com a Amil;
 - 5.** Que a administração acione o MPF tendo como base os procedimentos lançados indevidamente nas contas dos beneficiários que resultaram no aumento da sinistralidade e conseqüentemente no preço do plano;
 - 6.** Diante da impossibilidade de reajustes acima do permitido pela ANS, rever os reajustes que foram aplicados anteriormente aos agregados;
 - 7.** Caso seja mantido o atual modelo e os reajustes por sinistralidade, que os mesmos sejam aplicados conforme a utilização de cada categoria de plano, como reza o contrato do TRF com a Amil. Também repactuar com a Amil o limite do índice de excesso de sinistralidade de 75%, que pode ser maior, diminuindo a margem para futuros reajustes;
 - 8.** Para controle por parte dos beneficiários que seja enviado mensalmente, por parte da Amil, via e-mail, a todos os beneficiários do plano, o extrato dos procedimentos realizados por beneficiário no mês anterior
- Para o desenho do novo plano e/ou readequação do atual o mais breve possível:**
- 9.** Manutenção do padrão de qualidade e rede do plano atual;
 - 10.** Rediscussão da participação financeira dos agregados, visando a possibilidade de incorporá-los ao nosso plano ou o estabelecimento de valores razoáveis;
 - 11.** Sem a cobrança de co-participação;
 - 12.** Sem estabelecimento de faixa etária;
 - 13.** Que a administração fomente a fiscalização individual da utilização do plano e que a mesma exerça efetivamente uma fiscalização co contrato;
 - 14.** Revisão da tabela de participação: buscar uma redistribuição mais justa, de acordo com a remuneração de cada beneficiário;
 - 15.** Que seja instituída comissão permanente de fiscalização da sinistralidade/utilização, composta também por representantes da categoria;